



Só as “Águas de Março” passarão...

A famosa canção de 1972, de um dos grandes nomes da música brasileira de todos os tempos, o compositor e maestro Tom Jobim, é a metáfora perfeita para definir o sentido de resistência experimentado pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores amazonenses durante este mês, em que é preciso enfrentar os altos índices pluviométricos na região e, ao mesmo tempo, a gradual intensificação de retrocessos no Brasil, com as propostas do governo Temer que vem encontrando eco no Congresso Nacional e em algumas Assembleias Estaduais. Pau? Pedra? Fim do caminho? Ao longo deste março, servidores públicos, estudantes, integrantes de movimentos sociais mostraram disposição em três mobilizações para seguir lutando contra a retirada de direitos. Só as “Águas de Março” passarão.... **Páginas 4 e 5**

OPINIÃO

O Brasil em ritmo de barbárie com a PEC 287

Página 8

CRÔNICA

A indústria cultural e o cinema em Manaus

Páginas 9 e 10

NOTÍCIA

Enfim, a Lei de Incentivo à cultura na capital amazonense

Página 11

PREVIDÊNCIA

Docentes terão de refazer planos caso PEC seja aprovada

Charge: Latuff



Mesmo diante de tantos vícios e sem argumentos plausíveis, a PEC 287 (da Reforma da Previdência) corre sério risco de ser aprovada pelo Congresso Nacional. Caso isso ocorra, as mudanças atingirão a todos os trabalhadores e trabalhadoras, inclusive os professores e professoras federais. Qual o impacto da medida na vida dos docentes? A reportagem conversou com professoras da Ufam para saber o que a proposta representa para elas e adianta: terão de refazer planos! **Página 3**

ENTREVISTA

Reitor eleito, Sylvio Puga fala dos desafios de gestão da Ufam nos próximos 4 anos

Páginas 6 e 7



Em 2017, a turbulência da luta e resistência dos trabalhadores imitou a das águas jobinianas. Já abril, que inicia com o Dia da Mentira. E quem dera todo esse anunciado pacote de retirada de direitos fosse apenas mais uma das mentiras que o ilegítimo nos conta diariamente. Os golpistas mentem, usam sofismas e artimanhas para que trabalhadores acreditem que serão beneficiados com medidas gestadas nos porões da FIESP e do agronegócio.

Até reacionários de marca maior, como Renan Calheiros se insurgem e criticam a Lei das Terceirizações, a qual apelidou de boiafria.com. Fala eleitoreira,

naturalmente. E será somente a organização dos trabalhadores que poderá conter esta insanidade burguesa. O governo perde fôlego e é derrotado ao tentar aprovar a PEC 395-2014, que instituiria mensalidades em cursos de pós-graduação de universidades públicas. E, por falar nisso, por aqui, sai reitora, entra reitor, mas será que a posição da administração superior muda frente a esta questão? Confiram a entrevista desta edição e julguem por si próprios.

Por falar em eleições, os debates trouxeram à tona, mais do que nunca, a necessidade de ampliar da resistência aos setores privatistas, espalhados por

todos os poros da UFAM. Tal resistência, que exige processos de transformação cultural, terá, em nosso jornal, mais espaço destinado às artes e à cultura. Na crônica do mês, o professor de Artes Otoni Mesquita nos oferece importante reflexão sobre consumo e cultura e, fechando a edição, outra notícia alvissareira: o envio do projeto de lei de incentivo à cultura, luta de tantos artistas manauaras, para apreciação na Câmara Municipal. Na redemocratização, artistas foram fundamentais e engajaram-se para derrubar o regime ditatorial. Na re-redemocratização estão sendo novamente convocados e voltam a ocupar as trincheiras.

Notas

Rodada de visitas da diretoria da ADUA começa por Coari

A diretoria da ADUA definiu o cronograma de visitas aos associados lotados nas unidades fora da sede, nos cinco municípios onde a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) possui unidade acadêmica. O calendário de visita se estende de abril a agosto e o Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB), em Coari – a 363 km de Manaus –, é o primeiro campus a receber a delegação da seção sindical, nos dias 25, 26 e 27 de abril deste ano. O objetivo do encontro da diretoria com os docentes daquela unidade acadêmica é aproximar a categoria de sua base sindical. “Além de manter maior proximidade com os sindicalizados, a proposta é apresentar a entidade e mostrar qual é o nosso papel frente às demandas da categoria, na luta por melhores condições de trabalho e na defesa dos direitos dos professores”, explicou o presidente em exercício, professor Aldair Andrade. “É uma visita de reconhecimento e de aprendizado”, emendou.

Proposta de cobrança de cursos lato-sensu é rejeitada no Congresso

Apesar da pressão de reitores das instituições públicas estaduais e federais de ensino para a aprovação da Proposta de Emenda

à Constituição (PEC) 395/14, o Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou, no dia 29 de março, por insuficiência de votos, em segundo turno, a proposta do deputado Alex Canziani (PTB-PR), que permite às universidades públicas cobrar mensalidade pela pós-graduação lato sensu. Foram 304 votos, quando o necessário seriam 308. Outros 139 deputados votaram contra a proposta. A matéria será arquivada.

Greve geral contra as reformas da Previdência e Trabalhista é dia 28/04

“Dia 28 de abril, vamos parar o Brasil”. Com esta formulação as Centrais Sindicais decidiram por unanimidade os próximos passos da mobilização nacional unificada contra as reformas da Previdência e Trabalhista e contra a terceirização.

Todo o mês de abril será dedicado a protestos, atos, paralisações e atividades que culminarão com uma Greve Geral no país no dia 28. A decisão foi aprovada na tarde do dia 27 de março pela CSP-Conlutas, à qual o ANDES-SN é filiado, além das centrais CTB, CUT, UGT, Força Sindical, Intersindical, CSB, CGTB e Nova Central. De acordo com o dirigente da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Luiz Carlos Prates, a decisão é fundamental. “Foi muito importante a definição do dia 28 [de abril] contra as reformas da Previdência e Trabalhista e a terceirização. A CSP-Conlutas vai lutar com todas as suas forças e organizar pela base uma verdadeira Greve Geral neste dia”, disse, conclamando todas as entidades filiadas à Central a construção da greve geral.

charge



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria: Guilhermina Terra (Presidente licenciada), Aldair Oliveira de Andrade (1º Vice-presidente), Welton Oda (2º Vice-presidente), Kátia Vallina (1ª Secretária), Laura Miranda (2ª Secretária), Maria Rosária do Carmo (1ª Tesoureira) e José Humberto Michiles (2º Tesoureiro).

Diretor Responsável: Welton Yudi Oda

Jornalista Responsável: Daniel Amorim (SRTE-AM 584)

Reportagem: Daniel Amorim e Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)

Diagramação: Jéssica Martins

Fotografias: Anderson Vasconcelos e Daniel Amorim

Chargista: Junior Lima

Ilustrações: Jéssica Martins e Latuff

Impressão: Gráfica Amazonas. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009

e-mail: aduass@uol.com.br, imprensa.adua@gmail.com

Endereço: Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas.

Site: www.adua.org.br

REFORMA DA PREVIDÊNCIA**Sonho da aposentadoria pode virar pesadelo**

Por **Anderson Vasconcelos**

Já é de conhecimento público que as justificativas usadas pelo governo para empurrar “goela abaixo” a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287, popularmente conhecida como PEC da Reforma da Previdência, não se sustentam. Os argumentos falaciosos foram rechaçados de tal modo que até a Justiça Federal, em decisão da juíza Marciane Bonzanini, magistrada de Porto Alegre, determinou, no dia 15 de março, que o governo de Michel Temer retire imediatamente do ar as propagandas, veiculadas em qualquer tipo de mídia, sobre a PEC 287.

O motivo é óbvio. “A campanha do Governo Federal sobre a Reforma da Previdência violou o caráter educativo, informativo e de orientação social, que, nos termos do artigo 37, §1º, da Constituição da República, deve pautar a publicidade oficial dos órgãos públicos, uma vez que difundiu mensagens com dados que não representam de forma fidedigna a real situação financeira do sistema de Seguridade Social brasileiro e que podem induzir à formação de juízos equivocados sobre a eventual necessidade de alterações nas normas constitucionais previdenciárias”, sentenciou a juíza.

Ao atender a ação movida por diversos sindicatos de trabalhadores, a magistrada entendeu que o governo Temer mentiu. Por isso, a juíza determinou ainda que o governo veicule, no mesmo espaço, uma contrapropaganda e estabeleceu multa diária de R\$ 100 mil, caso a decisão não seja cumprida. “O que parece destoar das regras democráticas é que uma das partes envolvidas no debate político busque reforçar suas posições e enfraquecer argumentos diferentes mediante campanha publicitária utilizando recursos públicos”, afirmou, ainda na sentença.

Mesmo diante de tantos vícios e sem argumentos plausíveis, a PEC 287 corre sério risco de ser aprovada pelo Congresso Nacional. Caso isso ocorra, as mudanças atingirão a todos os trabalhadores e trabalhadoras, com exceção dos militares das Forças Armadas, cujas regras, segundo o governo, serão tratadas posteriormente. A propósito, diferente dos demais trabalhadores e servidores públicos em geral, os militares não pagam contribuição previdenciária (há uma contribuição apenas para as pensões, conforme a Lei nº 3.675/1960).

“O Governo resolveu adotar a opção mais simples, que é a de penalizar a classe trabalhadora aumentando o tempo para a aposenta-

doria e reduzindo o valor dos benefícios. Tudo com o suposto objetivo de corrigir o ‘rombo’ que não é culpa dela e, mais, que nem sequer existe”, diz trecho da análise da cartilha produzida pelo escritório jurídico Wagner Advogados Associados, em uma análise crítica sobre a PEC 287.

Mesmo para quem já tem um longo período de contribuição, a aprovação da Reforma da Previdência tal qual apresentada pelo governo pode significar muito mais tempo para conseguir se aposentar, para aqueles que resistirem até o último momento e desejarem o benefício integral. Já no caso daqueles que decidirem aposentar-se nas condições mínimas exigidas é ver o valor total cair consideravelmente.

Que o diga a coordenadora do curso de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), professora Ana Cristina Martins Fer-



nandes, 49 anos, que pode enfrentar a segunda mudança de planos, caso a reforma seja aprovada. Docente da instituição desde os 23 anos, Aninha – como é conhecida – completa 26 anos de “casa” no próximo dia 8 de abril. A docente planejava aposentar-se daqui a seis anos, aos 55. Com a reforma da Previdência do governo Temer, a professora, por ater-se à regra de transição (mulheres com mais de 45 anos e homens com mais de 50 anos devem trabalhar 50% a mais do tempo restante para aposentadoria), deve adiar os planos por mais três anos além do que faltava: ou seja, só poderá aposentar-se daqui a nove anos.

“Já estou me sentido duplamente prejudicada”, diz Aninha, referindo-se às mudanças impostas pela Reforma da Previdência de 2003 e às regras do texto da PEC 287. “Se a Reforma for aprovada em seu formato original, sem emendas, só vou poder me aposentar aos 58 anos, dos quais 35 anos de serviço só na Ufam”. Quem garante que as regras não vão mudar novamente até lá? A docente planejava investir mais na qualidade de vida. “Querida

poder viajar sem data de compromisso para voltar. Poderia até ficar um tempo a mais na universidade, vinculada à pós-graduação. Com esse quadro atual, talvez eu nem queira mais fazer isso”.

Como encarar essa realidade? Para Aninha, não há “nenhuma motivação” para seguir trabalhando. Ela explica: “nas condições em que a universidade está, principalmente nesse momento em que a Ufam está cinza, no sentido das políticas, das condições que o governo federal está proporcionando com esse corte de recursos durante 20 anos, fora as condições de trabalho na universidade, agravadas aqui na Fapsi [Faculdade de Psicologia]”, lamenta. “Enquanto trabalhadora, é perceptível que os direitos trabalhistas estão entrando em processo de retrocesso, de declínio”, emendou.

Se para Aninha, com quase 30 anos de contribuição – considerando o tempo de trabalho em outras instituições – está difícil, imagina para quem está chegando. É o caso de dezenas de professores recém-ingressos na Ufam, entre eles a docente Suelen Marques, 33 anos, do curso de Engenharia de Petróleo e Gás, da Faculdade de Tecnologia da instituição. Admitida em março de 2015, mas com um total de sete anos de contribuição, considerando o tempo de serviço como professora em outras instituições, Suelen precisa trabalhar ainda outros 42 anos, caso deseje receber a aposentadoria integral. Isto é, ela conseguirá se aposentar aos 75 anos.

“Jovem, né? Se eu começar a ir pra academia agora e tomar mais vitaminas, talvez eu chegue aos 75, mas com carinho de 95 de tanto trabalhar”, ironiza a professora. Ela avalia a mudança como desestimulante. “Eu fico tão deprimida quando penso na atual situação em que estamos vivendo, quando o governo impõe medidas ao cidadão que contribui. Às vezes me pergunto o que ainda estou fazendo aqui. Por que ainda insisto em ficar?”. Suelen não descarta a possibilidade de morar fora do Brasil. “Me preparo cada vez mais para deixar o país, pois a possibilidade de continuar os estudos fora do Brasil é imensa”, completa a mestre em Geociências.

A preocupação de Aninha, de Suelen e de tantas trabalhadoras e trabalhadores é pertinente. Ninguém trabalha hoje com a perspectiva de não poder aposentar-se amanhã e usufruir os benefícios após tantos anos de contribuição. Com a atual proposta, o sonho da aposentadoria pode virar pesadelo.

MANIFESTAÇÕES DE MARÇO

Mobilizações marcam mês histórico para **resistência** da classe trabalhadora

Por **Daniel Amorim**

Em todo o Brasil, o mês de março foi marcado por uma série de atos que reafirmaram a resistência dos trabalhadores contra as medidas do governo Temer. Em Manaus, milhares de pessoas participaram de atos contra as reformas da Previdência, Trabalhista e do Ensino Médio. Além disso, mostraram que a aprovação do Projeto de Lei (PL) 4302/98, que permite a terceirização em todas as atividades profissionais, deverá enfrentar forte resistência da classe trabalhadora.

Marcha das Mulheres

Na tarde do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, ruas do Centro de Manaus foram palco de mais uma mobilização contra a retirada de direitos. A Marcha das Mulheres reuniu cerca de mil pessoas que se manifestaram contra a reforma da Previdência, o machismo, a violência e pela igualdade de direitos entre os gêneros.

A concentração teve início às 15h na Praça da Saudade. Ali, trabalhadoras e estudantes assistiram ao pronunciamento de ativistas pelo combate à violência obstétrica, contra o modelo de conduta misógino imposto no mercado de trabalho e o aumento da idade da aposentadoria. Sob o ritmo dos tambores do grupo Maracatu Baque Mulher, a manifestação partiu em direção à Praça da Polícia.

Durante a passeata, representantes de movimentos sociais ligados à Frente de Lutas “Fora Temer” Manaus, que promoveu o ato e da qual a ADUA faz parte, esclareceram a população acerca dos efeitos da reforma da Previdência na vida das mulheres. A proposta não leva em conta a condição específica da mulher no ambiente de trabalho, e, além disso, ignora seu papel na criação dos filhos e na gestão do lar, o que caracteriza uma dupla jornada.

De acordo com a presidente da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Ad-



Milhares de manifestantes, sobretudo mulheres, foram às ruas no mês de março protestar contra as reformas impostas

vogados do Brasil (OAB), Michelle Fascini, o argumento do “rombo na previdência” usado para justificar a reforma consiste numa falácia. “A Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal afirma que o déficit existe apenas nos cálculos do governo, que não inclui nessa análise das receitas e despesas todos os tributos dispostos na Constituição Federal. O principal problema é a Desvinculação das Receitas da União, que possibilita que o orçamento da seguridade social seja direcionado ao pagamento da dívida pública”, explica.

Michelle observa ainda que a desoneração da folha de pagamento e a cobrança, por parte do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), de empresas devedoras são alguns dos recursos disponíveis para ampliar a arrecadação de receitas. “Só que, num primeiro momento, a cobrança recai sobre a parcela mais pobre da população. Se o dinheiro fosse investido em saúde, educação e seguridade, a receita registraria um índice superavitário”, complementa.

Na opinião da integrante da Rede Um Grito Pela Vida (vinculada ao Fórum Permanente de Mulheres), Eurides Oliveira, a tentativa de equiparar a idade entre homens e mulheres e a

retirada de direitos das trabalhadoras rurais são alguns dos pontos críticos da reforma. “Falta uma discussão sobre nossos direitos específicos no planejamento da aposentadoria. Além do trabalho formal, a mulher tem que executar uma série de atividades dentro de casa”, analisa. “Por isso, devemos intensificar nossos atos de resistência e, se possível, ocupar as agências do INSS”.

Para Maria Moraes, estudante do curso de Pedagogia da Ufam e integrante do Maracatu Baque Mulher, a expressão artística pode se converter numa forma de ativismo. “O Baque Mulher nasceu numa comunidade em Pernambuco, onde, além dos elevados casos de violência contra a mulher, havia a imposição de que apenas os homens poderiam tocar o ritmo. Nossa participação neste ato junto ao Maracatu Pedra Encantada, onde também atuo, teve como objetivo chamar a atenção da causa da mulher negra”, explica Maria.

A Marcha das Mulheres integrou uma programação que começou na madrugada do dia anterior, com paralisação no Distrito Industrial e panfletagem na feira da Manaus Moderna. O encerramento do ato foi marcado por apresentações de artistas locais, na Praça da Polícia.

Imagens: Daniel Amorim

Além da ADUA, participaram da marcha a seção amazonense da União Brasileira de Mulheres (UBM), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical (NCST), Mulheres Contra a Reforma da Previdência, entre outros.

A participação dos docentes no Dia Nacional de Luta em defesa da Mulher Trabalhadora foi aprovada no 36º Congresso do ANDES-SN, que ocorreu em janeiro deste ano em Cuiabá (MT). O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) também indicou adesão ao 8 de março, assim como a data foi aprovada pela coordenação da CSP-Conlutas.

Dia Nacional de Lutas

Aproximadamente duas mil pessoas realizaram, na tarde do dia 15 de março, grande mobilização nas ruas do Centro de Manaus contra as reformas da Previdência, Trabalhista e do Ensino Médio. A concentração do Dia Nacional de Lutas Contra as Reformas dos Governos começou às 15h, na Praça do Congresso, onde trabalhadores, trabalhadoras e estudantes se reuniram e seguiram em passeata, empunhando cartazes e entoando palavras de ordem contra os ataques promovidos pelo governo Temer.

A primeira parada ocorreu no cruzamento das avenidas Constantino Nery e Leonardo Malcher, no acesso ao Terminal 1. Ali, representantes de sindicatos e movimentos sociais usaram o microfone para denunciar o caráter abusivo e as consequências que a reforma da Previdência, caso aprovada, terá na vida dos trabalhadores. A proposta prevê que, para ter direito à aposentadoria integral, o trabalhador deverá contribuir por quarenta e nove anos à Previdência Social, sem levar em conta a média da expectativa de vida da população.

Além disso, ao estabelecer a isonomia para a idade mínima da aposentadoria, a reforma ignora a dupla jornada de trabalho enfrentada pelas mulheres. O salário mínimo não servirá mais como base de referência para os reajustes – por isso, os trabalhadores que contribuíram ao longo de sua carreira correm o risco de receber um vencimento inferior ao teto. A reforma também prevê o fim da aposentadoria especial dos servidores públicos.

Descontentamento

Na avaliação do 1º vice-presidente da ADUA, Aldair Andrade, a mobilização cumpriu o objetivo de reunir diversas entidades contra as investidas do governo federal, além de mostrar à população o descontentamento diante dessas medidas. “É uma tentativa de sucatear o trabalhador que tem o direito de se aposentar”, disse. Em assembleia realizada na terça-feira, 14, na sede da ADUA, foi criada uma comissão responsável por elaborar uma cartilha sobre a contrarreforma da Previdência.



Ninguém trabalha hoje com a perspectiva de não poder aposentar-se amanhã: as ruas dizem não à “PEC da morte”

“O material terá formato reduzido e linguagem acessível”, explica Andrade. “Vamos promover também um evento que será ministrado por especialista no assunto, e divulgar as cartilhas produzidas pela CSP-Conlutas e pela assessoria jurídica da ADUA”, acrescenta.

Na avaliação de Williamis Vieira, coordenador geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica no Amazonas (Sinasefe Manaus), o ato assinalou um avanço, em nível nacional, da conjuntura das mobilizações. “Em Manaus, houve maior participação dos trabalhadores. No entanto, precisamos ampliar as alianças para promover a greve geral. Temos que continuar construindo um calendário conjunto entre os fóruns e reafirmar a importância da paralisação no dia 28 de abril, data em que a Reforma da Previdência deve ser votada no Congresso”, finaliza Vieira.

A data dessa mobilização, 15 de março, foi indicada no 36º Congresso do Sindicato Nacional, realizado em Cuiabá (MT) no mês de janeiro, e posteriormente incorporada nos calendários de luta do Setor das Instituições Federais de Ensino (Setor das Ifes) do ANDES-SN e da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas. O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) também apontou adesão à data.

Mais luta

No dia 31 de março, centenas de pessoas marcaram presença em mais um ato contra as reformas da Previdência, Trabalhista, do Ensino Médio e contra a Terceirização. Organizado pela Frente de Lutas “Fora Temer”, fórum que reúne mais de 25 organizações sociais, sindicais e estudantis do Amazonas, o “31M” foi considerado uma prévia da Greve Geral prevista para paralisar o país no dia 28 de abril.

Durante a mobilização, que começou na Praça do Congresso, representantes desses movimentos também manifestaram repúdio contra parlamentares amazonenses que votaram a favor da lei da terceirização. Os nomes dos deputados federais Pauderney Avelino (DEM), Silas Câmara (PRB), Átila Lins (PSD) e Sabino Castelo Branco (PTB) eram citados a todo instante nos carros de som, numa tentativa de conscientizar a população para as próximas eleições. A proposta, que regulamenta a atuação de terceirizados em atividades fim, entre outras medidas, foi aprovada por 231 votos favoráveis (181 contra) na Câmara dos Deputados, no dia 22 de março.

“Este ato, seguindo-se aos outros realizados no mês de março, mostra que a classe trabalhadora brasileira não foi derrotada. Durante a madrugada, realizamos uma mobilização na Bola da Suframa, onde o trânsito permaneceu paralisado por uma hora. É necessário investir na unidade, pois não adianta acumular forças aos poucos. Em Manaus, vamos realizar assembleias para promover a Greve Geral”, afirmou Gilberto Vasconcelos, representante da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas).

Para a funcionária pública e representante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Juliana Frota, a organização da unidade na luta envolve a criação de centros de poder nos eixos do trabalho e do estado, além da construção de comitês de luta. “Não adianta esperar as eleições de 2018 para começar a reivindicar mudanças”, opinou.

Ainda na agenda de atividades do “31M”, a coordenação do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Amazonas (Sintesam) realizou, pela parte da manhã, panfletagem na entrada do campus da Ufam, no Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV) e na Escola Superior de Tecnologia (EST) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

CONSULTA PARA REITORIA

Eleito pela comunidade universitária para reitor da Ufam, Sylvio Puga fala sobre os próximos 4 anos

Eleito com 50,38% dos votos na eleição para reitor da Ufam, o economista e professor da Faculdade de Estudos Sociais apresentou-se como candidato de renovação ao *modus operandi* que perdurou na universidade ao longo dos últimos anos. Nesta entrevista, Sylvio Puga apresentou propostas sobre a aplicação dos recursos destinados à universidade, assistência estudantil, parcerias com movimentos sociais e propôs soluções para o polêmico caso da Fundação de Apoio Rio Solimões (Unisol). O futuro reitor da Ufam falou também sobre os desafios de gestão da universidade. Confira na entrevista concedida aos jornalistas Daniel Amorim e Anderson Vasconcelos, na sede da ADUA.

Nos últimos três anos, os gastos com pessoal e encargos sociais significaram mais de 2/3 do orçamento da universidade. Para 2017, a previsão é que essa rubrica represente 75% do total dos recursos. Frente a essa situação, como pretende desenvolver as demais linhas de ação? Quais serão as prioridades da sua gestão nos primeiros 100 dias?

O crescimento da folha segue o ritmo de normalidade, em função das aposentadorias, das pensões, das promoções dos professores. Esse crescimento é natural. Outra questão é como definir quais serão as prioridades. Primeiro, vamos finalizar as obras em andamento, tanto do interior como da capital. A partir do momento que tivermos mais recursos, vamos definir quais serão as novas obras que terão impacto junto à comunidade. Pensamos nas duas bibliotecas setoriais (setor norte e sul), que serão bibliotecas comunitárias, abertas também à sociedade em geral. Isso não significa dizer que as novas obras serão excluídas. As obras paralisadas, como a Casa do Estudante, serão retomadas. E, assim que tomarmos posse, vamos apresentar ao Conselho Universitário um plano de ação que deverá ser aprovado pelo Conselho. Nossa gestão será democrática.

Uma das questões que veio à tona durante os debates nesta eleição foi o caso polêmico da Fundação de Apoio Rio Solimões (Unisol) por seu envolvimento em denúncias pelo TCU de irregularidades e malversação de recursos públicos. Como sua administração pretende continuar trabalhando com a Fundação e dar mais vigor e transparência aos recursos por ela executados, pois esses são pontos até hoje obscuros?

A Fundação tem enfrentado diversos problemas financeiros nos últimos anos. Essa é a causa dos seus problemas. Pretendemos revitalizar a Fundação, pois fui um dos propositores da Unisol no Conselho Universitário. Tenho uma responsabilidade em relação ao próprio funcionamento da Unisol nos dias de hoje. Enquanto reitor, pretendo dar mais transparência às contas e promover maior participação da comunidade nos conselhos de fiscalização interna, mecanismos que serão apresentados no Consuni, para que a Fundação tenha condições de apoiar os projetos institucionais. Reconheço que, no momento, existem dificuldades, mas é preciso superá-las. Além disso, é necessário lembrar que a Unisol não nasceu dentro da Ufam, é uma funda-

ção de apoio. No futuro, pode-se realizar uma reforma estatutária para apoiar outra universidade pública - e, da mesma forma, há instituições que podem nos apoiar.

Em quase todos os debates, quando surgiu o assunto Estatuinte, os candidatos reafirmaram seu resgate, já que seu resultado havia sido "esquecido" no Consuni quatro anos após a conclusão do processo. Na proposta do novo ordenamento jurídico/normativo da UFAM há profundas modificações no atual comportamento político e administrativo da universidade. Quais são seus compromissos urgentes em colocar em prática as conclusões do Congresso Estatuinte?

Participei de todas as seções da Estatuinte, então me surpreende que até hoje o documento não tenha sido homologado pelo Consuni - ao qual não cabe mais fazer outra reformulação - e encaminhado ao Ministério da Educação, que dará a palavra final. Na reitoria, farei o possível para resolver as amarras e possibilitar condições para que essa nova carta magna comece a valer na nossa gestão.

Um dos problemas que a UFAM tem hoje é sua relação precária com os movimentos sociais e sindicais da sociedade amazonense, ao ponto de deixar de ser referência científica e política para diversos problemas sociais e econômicos que afligem a população. Como sua gestão pretende recuperar essa posição e estreitar os laços com esses segmentos?

Minha trajetória foi marcada pelo ativismo político e social. Estaremos abertos a toda e qualquer participação de movimentos que venha favorecer a atuação política dentro da universidade. A Ufam é o palco onde se formaram a maioria dos dirigentes do estado. Nos últimos cinquenta anos, data do surgimento da Fundação Universidade do Amazonas, praticamente todos os dirigentes do estado passaram pela Ufam. Queremos estreitar as relações, promovendo debates permanentes dentro da universidade. Na nossa gestão, vamos viabilizar esses debates, pois é aqui que são formadas as futuras lideranças não apenas do Amazonas, mas também do Brasil.

No Amazonas, de acordo com avaliação do MEC, das 18 instituições de Ensino Superior, 16 tiveram índice satisfatório. Conforme dados do INEP, a Ufam ainda é a melhor instituição pública, mas já foi su-

Reitoria para gerir a Ufam pelos desafios dos desafios de gestão

perada por instituições privadas no Índice Geral de Cursos (IGC). Em debates, o senhor afirmou que defende a continuidade da UFAM sendo pública e de qualidade. Como pretende recuperar o desempenho e a qualidade da instituição nos próximos anos?

Em primeiro lugar, vamos trabalhar junto às coordenações de curso. É onde as coisas acontecem do ponto de vista da graduação. Outra questão é a visita das comissões do MEC à universidade. Já participei de comissões do MEC e visitei universidades na condição de avaliador. Fomos recebidos por reitores, pois eles reconhecem que a visita dessas comissões é uma ação importante para a instituição. Então, devemos preparar uma agenda de modo que, quando os avaliadores do MEC cheguem para avaliar nossos cursos, eu e o Jacob Cohen (vice-reitor) possamos mostrar a eles a importância desse trabalho. Dessa forma, teremos condições de identificar os pontos fortes e os pontos fracos da Ufam. Quando atuei como diretor da FES, recebi quatro comissões do MEC, que nos concederam duas notas 5, o índice máximo, e duas notas 4.

Grande parte da comunidade estudantil da UFAM é composta por alunos carentes e necessitados dos serviços de moradia, alimentação e saúde. São várias as denúncias de descaso acerca da qualidade dos serviços dos restaurantes universitários e dos postos de assistência médica, além da inexistente Casa do Estudante. Algumas políticas são apenas paliativas. Como sua gestão enfrentará estas questões para que efetivamente os alunos possam obter qualidade no desempenho de seus estudos e pesquisas, sem que a UFAM deixe de ser pública e gratuita?

Temos que reforçar a política de assistência estudantil. Para tanto, vamos fazer um amplo estudo do nosso orçamento interno, pois é nosso objetivo aumentar o valor das bolsas, que permanece inalterado há muito tempo. E, se tivermos condições, vamos conceder mais bolsas aos alunos e finalizar as obras da Casa do Estudante, que recebe os alunos vindos do interior. A assistência estudantil é fundamental para que eles possam realizar suas atividades com a tranquilidade necessária. A evasão influencia diretamente no total de recursos destinados à Ufam. Logo, quanto menos alunos conseguem se formar, menos recursos a universidade recebe. Então devemos trabalhar

para manter a qualidade e diminuir o índice de evasão escolar, para dar condições ao aluno finalizar seu curso.

Há alguns anos, estudantes vêm criticando o esvaziamento de atividades culturais e esportivas na universidade, como se sua função fosse apenas prepará-los para o mercado de trabalho. Como sua gestão pretende reverter esse quadro e projetar a universidade como espaço de formação integral?

Vamos resgatar o Festival Universitário de Cultura, que é uma proposta mais ampla, e criar condições para que esse festival aconteça. Incentivar o esporte, um importante fator de integração, e apoiar integralmente os Jogos Universitários. Além disso, devemos abrir nossa sede a outras pessoas, criando programas para que as famílias participem de atividades culturais e esportivas nos fins de semana. Esse trabalho será realizado em parceria com a pró-reitoria de Extensão.

Formação:

Pós-doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Atua como professor associado da Ufam e é pesquisador e orientador em programas de Pós-Graduação.



Foto: Anderson Vasconcelos

RETROCESSO

A contrarreforma previdenciária e o Brasil em ritmo de barbárie

Por **José Alcimar de Oliveira**

01. Na obra “Dialética Negativa” Theodor Adorno assinala a inexistência de um progresso que, em linha reta, conduza a humanidade da barbárie à civilização. Quando se trata, no entanto, da civilização presidida pelo sociometabolismo predatório do sistema do capital - este que transforma os poderes do Estado brasileiro num mero comitê a zelosamente cuidar dos interesses da grande burguesia -, aí, sim, para seguir a linha do raciocínio adorniano, temos a certeza de que há uma linha reta que vai do estilingue à bomba atômica. No Brasil, a linha reta da barbárie acelera seu percurso devastador. A regressão social avança e conquista, sempre aquém do mínimo civilizacional - diga-se -, que pareciam sólidas se liquefazem em velocidade para além do que poderia captar a acuidade analítica do velho e saudoso Bauman. Tudo se perde por antecipação. Em recente entrevista televisiva o ex-ministro e ex-presidente do STF, Carlos Ayres Britto, alertava que “o Estado não pode recuar no campo social”.

02. O que o Estado brasileiro trama nessa quadra de desmonte de direitos encontra sua materialização mais perversa e desumana (não poderia mesmo configurar um crime de lesa-humanidade?) na proposta em curso de contrarreforma previdenciária, combinada, e em curso avançado, à contrarreforma trabalhista. Os indicadores da predominante baixa política praticada nas altas cúpulas, entre copos, cúpulas e fumus de malis iuris, apontam para o desaparecimento no horizonte da expectativa de decência. A Hegel e Marx urge então completar: primeiro como tragédia, depois como farsa, e agora como escárnio desinibido. Cinismo da mais abjeta extração. Sob signo do engodo publicitário financiado pelo erário em mãos de rapina vende-se a mercadoria podre da “reforma inadiável” da Previdência sob chantagem do déficit insustentável. Arma-se a arquitetura da destruição. De FHC a Temer o golpe aos direitos de aposentadoria decente avança em intensidade de abrangência sobre a vida da classe que vive do trabalho.

03. O Brasil do século XXI regride aos patamares pré-Comuna de Paris de 1871, ano em que na primeira e paradigmática experiência de governo operário da história se constituiu um modelo previdenciário de natureza social, fundado na solidariedade de classe e no pacto geracional. Vastos setores da classe dominante se unem para rasgar

o que formalmente assegura a Constituição de 1988. Mata-se a letra para interromper o necessário e duro caminho rumo à vida. Fazem o país regredir à época pré-kantiana, no século XVIII. Em célebre texto de 1783, Kant denunciava como crime de lesa-natureza uma geração conspirar para subtrair à geração seguinte o sagrado direito ao esclarecimento. O crime do crime se alimenta. O Estado que trama contra o esclarecimento é o mesmo que mantém rebaixadas as expectativas de direito. Manter o povo bestializado é condição para imprimir-lhe na consciência o mutismo e nele naturalizar as desigualdades.

04. A contrarreforma da Previdência em curso, de uma Previdência ela mesma já tão desonesta quanto a educação pública brasileira, é o prenúncio de um golpe de misericórdia sobre a vida de um povo tratado sob permanente espoliação e sob o tacho da mais boçal das elites entre as elites que dão as cartas na jogatina do financismo global. O que se faz no andar de cima não merece o estatuto de política. Não há política digna desse nome quando são frontalmente agredidos “os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CFB, Art. 3º). A tese da irrelevância da política há algum tempo anunciada pelo sociólogo Francisco de Oliveira continua na ordem do dia e cada vez mais enredada por figuras irrelevantes.

05. Que país é esse? Neste 2017 lembramos os 100 anos da Revolução Russa. Estamos há 20 anos sem Paulo Freire, Darcy Ribeiro e Antônio Callado. Nascido há 100 anos, Antônio Callado se interrogava sobre o que travava cidadania sempre interrompida desse arremedo de Estado, de um país, que nunca “consegue sair do ritmo ridículo de país pequeno”. Muito ao contrário do que imaginava Descartes, nesse país de poucos e sob a ordenança de menos ainda, sobra poder (podres poderes) e rareia bom senso. País de gente solapada, de tão generosa natureza (igualmente agredida) e de tão mesquinha, para não dizer criminoso, cultura política. As forças do atraso avançam em passo acelerado rumo ao esgarçamento do mínimo civilizatório. Previdência e providência (a divina, sobretudo),

parece tudo em mãos rapinosas ????. A primeira, em ritmo de desmonte para garantir o campo aos tubarões do privatismo previdenciário. A segunda, dominada pela religião da lucrativa teologia da prosperidade.

06. O povo brasileiro encontra-se diante de um crime anunciado que outro termo não cabe senão o de lesa-humanidade. E pior, perpetrado sob capa institucional de uma institucionalidade em franca decomposição. E tragédia maior é a não percepção política das consequências sociais dessa tragédia. É de domínio mais que público que parte não insignificante do Congresso se desdobra no trabalho sujo de rasgar a Constituição de 1988, inclusive e com desinibido escárnio tratando de conferir constitucionalidade ao “ajuste”. Eles deveriam estar atrás das grades, nunca no Parlamento. Quem poderá nos defender dos nossos tão solícitos “defensores representativos”? O apelo à luta de classes parece incontornável, mas parte não menor dos partidos que se reclamavam de esquerda abandonou o método. Isso faz lembrar a parábola brechtiana do lobo e da galinha. Quanto custa colaborar? Convidadas a ir ter com o lobo, foram as galinhas. Conclui Brecht: “por isso há tantas penas espalhadas no campo”.

07. Diante do desmonte, planejado e já a passos largos, que se materializa nas contrarreformas trabalhista e previdenciária não haverá possibilidade de resistência fora do método da luta de classes. Somente a luta cria consciência. Consciência de classe não se desenvolve por geração espontânea. Sem o trabalho político, paciente, pedagógico, epistemológico de organização e consciência da classe, nunca haverá consciência de classe. Combater a contrarreforma, desmontar a base falaciosa de sua justificativa, é tarefa da classe trabalhadora. A rua é o parlamento da classe. Do contrário, prevalecerão, e bem combinados, agentes “organizadores” do povo. Forças midiático-religiosas têm meios e sabem como fazê-lo. Se os que ainda cultivam e prezam por um mínimo de bom senso, ético e político, permanecerem calados e omissos, obrigarão as pedras - mesmo desnecessitadas de Previdência que são - a tomar a palavra e a ação.

José Alcimar de Oliveira, ex-presidente da ADUA, é professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas e filho dos rios Solimões e Jaguaribe.

CRÔNICA

Conflito com o consumo ordinário e a indústria cultural



Por Otoni Mesquita

Decidi ir ao cinema num horário convencional e para assistir a um dos filmes ganhadores do Oscar ("Moonlight: Sob a Luz do Luar"), mas fiquei extremamente incomodado. Ainda que tenha evitado os ruidosos trailers e os comerciais, não tive como escapar do excesso de embalagens de pipocas e coca-cola (me recuso a escrever com letras maiúsculas), todas de tamanho família, ainda que para cada indivíduo. Um exagero de desperdício, que ao final das projeções foram grande parte do piso das salas de projeção. Além disso, há variadas embalagens extremamente barulhentas de produtos comestíveis industrializados e outras porcarias, que são amas-

sados com frequência e produzem ruídos inconvenientes. Não sei se pior que os amasadores são os barulhentos mastigadores de pipoca, que ainda não aprenderam a mastigar de boca fechada. Ambos se manifestam inconvenientemente até mesmo nos momentos mais delicados do filme. É como ver "E o Vento Levou..." na beira do chiqueiro.

Lembrando, no entanto, que para ir ao cinema em Manaus é preciso estar muito bem agasalhado, pois a temperatura das salas está sempre com 15 graus abaixo do ambiente real. Talvez os responsáveis acreditem na mágica feita pelo mago encarnado por José Wilker em "Bye Bye Brazil", quando em determinado momento do filme promete promover a civilização e o progresso em terras brasi-

leiras, e como resultado apresenta uma falsa nevasca. É provável que os administradores dos cinemas ou dos shoppings centers também acreditem que, baixando a temperatura do ambiente, estaremos alçados ao patamar cultural de países como a Suécia, Finlândia ou quiçá a Noruega. Ledo engano, logo os comentários toscos e discriminadores nos trazem de volta à dura realidade, repleto de pequenas lanternas que acendem e apagam constantemente, anunciando consultas e comentários no Facebook. São os ávidos consumidores, pessoas que precisam estar em todos os lugares, ainda que não estejam presente em nenhum deles. QUE MERDA! Realmente, me senti desajustado, como se eu é que estivesse errado perante todas aquelas atitudes torpes.

O cinema é um espaço coletivo, não há dúvida, ainda que tenhamos que pagar um ingresso. Isso não nos permite fazer o que desejarmos naquele espaço, portanto, seus usuários deveriam obedecer algumas normas de conduta e convivência. Mas o que fazer se é o próprio cinema que promove e propaga o consumo de pipoca e coca-cola durante a projeção? QUE DROGA! Mas estamos numa época que criticar estas coisas é ser chato, é estar sendo discriminador, elitista. UMA PITOMBA! Por isso, sempre me pergunto: o que vão estas pessoas fazer no cinema? Por que raio precisam conversar numa sala de projeção, ou falar ao telefone, enviar mensagens e fazer comentários vulgares? Depois me lembrei do velho adágio popular: costume de casa vai à praça. Sim, é isso, agora todos inventaram de ter em casa o tal do home theatre, complementado com as pipocas gordurosas e as mais variadas interrupções domésticas. Pensam talvez que o cinema é a extensão de seus espaços. Por que raios não ficam confinados com seus ruídos e cheiros enjoados? Além disso, há um grande desajuste de parte desta plateia perante as cenas mais dramáticas de certos filmes, muitos dão gargalhadas nos momentos mais dolorosos e dramáticos. Nisso, penso que o Faustão tem grande parcela de culpa, com suas dominicais vídeos-cassetadas. Somente isso pode explicar os desencontros de sensibilidade.



Talvez eu esteja sendo demasiado saudosista, pois venho de um tempo em que ir ao cinema era um programa especial e a projeção um ritual. Não havia luxo, nem cadeiras que caem para trás, estragando a coluna vertebral. Quando os salões de projeção eram amplos e decorados, quando a tela era resguardada por grossas cortinas que se abriam com um jogo de iluminação. Tudo isso precedido por uma sequência de sucessos musicais do momento ou algumas canções tradicionais, pois algumas canções permaneciam nas paradas por muitos anos. Flertes e encontros aconteciam nas variadas seções, vendedoras de bombom circulavam antes da projeção e o 'vaga-lumes' indicava lugares para os atrasados ou denunciava os mais ousados. As pipocas eram artesanais, feitas nos carrinhos, raras e comedidas na sala de projeção, como deve ser, para evitar obesidade e barulhos excessivos que perturbem a projeção. As seções eram contínuas, assim, podia-se chegar atrasado e ficar para a próxima, para recuperar a parte perdida.

Diretores, musas e galãs sobreviviam no auge da carreira, por algumas décadas. Ver um filme era se desligar de tudo e mergulhar completamente em outro tempo e lugar. Ainda parece ser isso para alguns saudosistas, como eu.

Ir ao cinema é deixar que o diretor te pegue pela mão e te conduza, brincando contigo, te fazendo sofrer, rir ou chorar. É criar empatia e sentir junto com o ator e atriz que enfrenta os desafios que fazem o drama. No antigo cinema, estávamos lá do outro lado, vivendo cada passagem, ainda que não perdêssemos o senso crítico e a sensibilidade para analisar aspectos técnicos e estéticos da produção.

Era inevitável - éramos e ainda podemos ser levados integralmente pelo clímax do filme. Não era apenas um diretor, com um discurso evidente, ou uma sequência de efeitos especiais, ou sequências de perseguições automobilísticas repletas de acidentes e mortes espetaculares. Os atores tinham que ser competentes no desempenho de seus papéis, cômicos ou dramáticos, assim como as variadas equipes de apoio deveriam atuar. A cenografia realizava grandes construções e figurinos. A indústria do cinema se sofisticou e continua empregando um grande número de profissionais. Muitas coisas foram agilizadas e muitos detalhes ainda precisam ser marcantes, lembrados e repetidos pelos cinéfilos mais aficionados. Ver um filme era como ler um livro, e ainda pode ser. Era, e é, ser levado para outros mundos. É certo que muita coisa mudou na sociedade. O consumo aumentou e a indústria cultural se transformou para produzir para massas cada vez maiores e uniformes.

A tecnologia pode ter se sofisticado, mas a sensibilidade e os sentimentos humanos persistem como essência para fazer e consumir arte. Cinema não é somente entretenimento e lazer. Cinema ainda é uma das artes que arrebatam e sensibilizam o homem. Mas o homem precisa estar presente e atento, caso contrário é jogar fora todo o esforço daqueles que criam e produzem.

Por enquanto, sendo eu minoria, reivindico uma área privativa para os não-comedores de pipocas e consultadores de celulares. Esperando, no entanto, que futuramente sejam eles a ficarem numa área restritiva, assim como ficavam os fumantes no Cine Paissandu, no Rio.

Otoni Mesquita é artista plástico, pesquisador e professor aposentado da Universidade Federal do Amazonas.



DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/02/2017 A 28/02/2017

QUADRO DE RESUMO	Jan/2017	Fev/2017
SALDO ANTERIOR	3.595,06	196,12
Receitas	8.009,90	90.059,70
Despesas	(89.408,84)	(71.150,21)
RESULTADO OPERACIONAL DO MÊS	(3.398,94)	18.909,49
RESULTADO OPERACIONAL	196,12	19.105,61
Banco do Brasil S/A C/C	8.456,78	23.508,91
Aplicação Banco do Brasil	520.527,03	524.336,13
CAIXA	326,03	374,29
SALDO ATUAL DISPONÍVEL	529.309,84	548.219,33

* Confira a prestação de contas, na íntegra, no site da ADUA.

NORMATIVA

Produtores e artistas em defesa histórica da Lei de Incentivo à Cultura de Manaus

Foto: Semcom

Por **Daniel Amorim**

No dia 10 de fevereiro, o texto da Lei de Incentivo à Cultura de Manaus foi entregue pela prefeitura ao presidente da Câmara do município. O texto prevê que os artistas poderão solicitar, por meio de projetos, recursos da iniciativa privada oriundos do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN). A Lei integra uma pauta defendida há quase três décadas por artistas e produtores locais. Pensando nisso, a reportagem da ADUA conversou com profissionais que atuaram em prol desse projeto e coletou opiniões sobre o que a iniciativa representa para a categoria.

Há cerca de dois anos, a Lei de Incentivo se tornou um dos focos das ações do Mobiliza Cultura, grupo criado por integrantes do Coletivo Difusão. Apesar de considerar o ato do dia 10 um avanço, a articuladora do Difusão, Michelle Andrews, observa que ainda não foi divulgado o cronograma que dê conta dos prazos de tramitação do texto – que, de forma geral, envolve o estudo da Lei pelas Comissões da Casa antes ser aprovado e sancionado pelo prefeito.

“Não basta encaminhar. Faltam informações nos portais oficiais sobre o passo a passo daqui em diante”, observa. “E, além disso, quais as ações que o Fundo vai

promover para orientar os artistas na preparação de um projeto? Há planos para sensibilizar o empresariado sobre a importância da iniciativa?”, indaga Michelle.

E, nesse sentido, ela considera outro ponto que poderia ter sido contemplado pela Lei: um trabalho de esclarecimento voltado aos artistas iniciantes, com ênfase no planejamento da parte burocrática. “Os jovens têm à disposição os cursos no Cláudio Santoro, mas, na maioria das vezes, eles não sabem como proceder para implementar seus projetos, como uma oficina, por exemplo”.

Na opinião do produtor cultural Everton Almeida, a Lei Municipal de Incentivo à Cultura encontra-se na primeira fase de consolidação de um trabalho iniciado há mais de dez anos, quando foi criada a Lei 710. “Tratava-se do esboço de um Sistema Municipal de Cultura, que previa a composição do Fundo e do Conselho Municipal de Cultura”, lembra. “Infelizmente, a iniciativa foi sufocada pelo próprio poder municipal, que temia queda na arrecadação de impostos. Apauta, no entanto, acabou sendo esquecida ao longo dos anos”

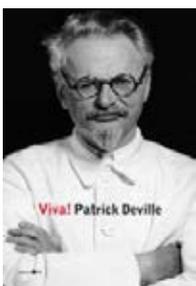


Classe artística pressionou por décadas pela aprovação do dispositivo

Representante da área de Teatro no Conselho de Cultura, Michel Guerreiro considera o ato do dia 10 “um avanço e uma vitória”, já que se trata de uma causa antiga. “Um aspecto interessante é que o dono de uma padaria, por exemplo, pode investir dinheiro em atividades culturais. A lei não se restringe aos grandes empresários”, observa ele ao traçar paralelos com a Lei Rouanet.

Sobre os prazos da tramitação na Câmara, Guerreiro informa que, depois da cerimônia de entrega da Lei, foi estabelecido o prazo de um mês para que a medida seja aprovada.

Vale a pena ler



Livro: Viva!
Autor: Patrick Deville
Editora: 34
Valor: R\$ 52,00

À primeira vista, a capa pode sugerir que se trata de uma biografia do revolucionário russo Léon Trótsky. E, de fato, o livro do francês Patrick Deville apresenta recursos do gênero ao abordar a passagem do intelectual pelo México, onde se exilou em sua fuga dos agentes de Joseph Stálin. Mas o êxito de

Viva! não resulta apenas da maneira com que Deville se inspira no “romance de não-ficção”, um variante da biografia, para fazer o recorte de uma figura central do século XX. Ao enveredar pelo ensaio, o autor fornece trechos de uma prosa simples e luminosa e, de quebra, diverte o leitor com relatos de situações e personagens tão singulares quanto.

Na década de 1930, o México tornou-se uma Shangri-lá de intelectuais e artistas, que ali desembarcavam em busca dos mais variados objetivos. Some-se a esse êxodo o peculiar grupo de artistas locais, como Frida Kahlo e Diego Rivera, e teremos as condições para um terremoto cujos efeitos continuarão nas décadas seguintes.

A referência à ilha imaginada por James Hilton, que oscila entre o inferno e o paraíso na Terra, não é gratuita. Além de beberem, conversar sobre arte e trocar carícias, cada

personagem enfrenta um conflito pessoal que, por sua vez, parece refletir a paisagem ao redor. É o caso do inglês Malcolm Lowry, alcóolatra e autor do clássico *A Sombra do Vulcão*. Na tentativa de escapar do abismo existencial e afetivo, ele transita por cidades e experiências que vão inspirar sua obra máxima.

A associação algo esotérica que Deville faz de figuras “reais” e lugares lembra os jogos narrativos do espanhol Enrique Vila-Matas. Ambos compartilham o gosto pelo humor nas entrelinhas. E sugerem, cada um a seu modo, que a literatura pode ser também uma brincadeira que possibilita desvendar o sublimar por trás da banalidade cotidiana.

Daniel Amorim é jornalista pela Ufam e tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo Especializado.

COLUNA FALA JURÍDICO

REMOÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

Por **Fernanda Kelen Sousa da Silva**

A remoção é um instituto previsto na Lei nº 8.112, de 11.12.1990, cuja definição é encontrada no artigo 36 desta lei, segundo o qual “a remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede”. Quanto ao alcance da expressão “no âmbito do mesmo quadro”, destaca-se que o Superior Tribunal de Justiça possui decisões considerando que o cargo de professor de Universidade Federal pertence a um quadro de professores federais, vinculado ao Ministério da Educação, portanto sendo permitida a remoção entre Universidades Federais diferentes.

O parágrafo único do art. 36 da Lei nº 8.112/90 prevê que a remoção admite três modalidades, quais sejam (i) de ofício, no interesse da Administração, (ii) a pedido, a critério da Administração e (iii) a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração. Na primeira modalidade, a Administração procederá à remoção segundo seu próprio interesse, sem que o servidor tenha solicitado; já na segunda, o servidor é quem possui interesse e requer, mas à Administração é dada a faculdade de conceder ou não, ou seja, a discricionariedade que permite a análise segundo os critérios de conveniência e oportunidade. A terceira modalidade de remoção também é de interesse do servidor (a pedido), porém, diferentemente da segunda hipótese, nesse caso a administração estará obrigada a conceder a remoção desde que verificadas as circunstâncias legais autorizadoras. Esta modalidade de remoção pode ocorrer em três casos taxativamente previstos na lei: (i) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração, (ii) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial, e (iii) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de

interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados. Portanto, nessas hipóteses, a administração pública estará estritamente vinculada aos ditames da legislação, devendo efetivar a remoção do servidor, em observância ao princípio da legalidade, previsto no art. 37, caput da Constituição Federal.

A título de exemplo, menciona-se uma professora da UFAM, lotada no Município de Benjamin Constant, que buscou a assessoria jurídica da ADUA, após a negativa da Universidade em conceder sua remoção por motivo de saúde para a cidade de Manaus. Embora tenha apresentado diversos documentos comprovando que, em razão de sua enfermidade, necessita de acompanhamento médico constante e que não há médicos especializados no interior, a Universidade negou à professora o direito à remoção, com base no laudo da junta médica oficial, a qual entendeu que “a enfermidade do servidor pode ser tratada e acompanhada com a manutenção do exercício na localidade atual”. Essa conduta impossibilitava que a servidora realizasse seu tratamento adequadamente e continuasse exercendo regularmente o cargo, o que somente seria possível se UFAM autorizasse a remoção. Além disso, como consequência, a professora precisava estar constantemente de licença para tratamento de saúde, visto que não conseguia arcar com elevados custos de deslocamento entre os municípios, alimentação e etc.

Assim, a assessoria jurídica da ADUA ingressou com ação ordinária com pedido de tutela de urgência em face da Universidade, a fim de assegurar o direito à saúde e à vida da servidora, bem como cessar os prejuízos advindos da atuação da UFAM. Entendendo que a ausência da remoção é prejudicial tanto à servidora quanto à Universidade, e que a concessão da remoção atenderia ao interesse público, a Juíza Titular da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas deferiu a tutela de urgência determinando a imediata remoção da professora, em caráter provisório, para a cidade de Manaus, decisão que somente se tornará definitiva ao final da ação.

Fernanda Kelen é advogada (OAB/AM 11.739) e da Assessoria da ADUA

Comentários



Heloísa Pinto
Que vergonha, só ficamos nos primeiros lugares em situações desse tipo (sobre o levantamento do Grupo Gay da Bahia (GGB) que apontou Manaus como a 2ª cidade brasileira no ranking da violência contra LGBT's)



Geraldo Sá Peixoto Pinheiro
Estes me representam! Sou contra uma Universidade Líquida, da improvisação populista e freelancista (sobre professores aposentados que continuam na luta sindical)



Angela Afonso
Ufam na luta! (sobre a participação dos professores no ato do dia 15 de março)

Anote aí!

CALENDÁRIO DE VISITAÇÃO

AOS CAMPI

Coari

ISB

25, 26 e 27 de Abril